



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1628004 - RJ (2019/0354425-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A
ADVOGADOS : LUIS FELIPE FONSECA DRUMOND - RJ070199
MONICA DE FIGUEIREDO SEIXAS CALUMBY LISBÔA - RJ113560
AGRAVANTE : SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A
ADVOGADOS : EDUARDO DE SANSON - RJ110454
MARCELA TEIXEIRA VIEIRA MACHADO DA CUNHA - RJ134145
VALESKA SILVA ALCÂNTARA DE SOUZA - RJ215100
AGRAVADO : R C M - POR SI E REPRESENTANDO
AGRAVADO : W M S (MENOR)
AGRAVADO : W M S (MENOR)
ADVOGADO : MÁRCIO ANTÔNIO TORRES - RJ092172

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS EM RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE EM VIA FÉRREA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS PERANTE O TRIBUNAL DE ORIGEM. OMISSÕES APTAS, EM TESE, PARA A MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO.

1. Julgamento sob a égide do CPC/15.
2. Ação de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais.
3. Caracteriza-se a ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a interposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questão pertinente para a resolução da controvérsia.
4. Agravo em recurso especial interposto por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A conhecido. Recurso especial conhecido e provido.
5. 4. Agravo em recurso especial interposto por MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A conhecido. Recurso especial julgado prejudicado.

DECISÃO

Cuida-se de agravos interpostos por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A (primeira agravante) e MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A (segunda agravante), contra decisão que não admitiu os recursos especiais por elas interpostos fundamentados, ambos, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial de SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A interposto em: 17/07/2019.

Agravo em Recurso Especial de MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A interposto em: 28/06 /2019.

Conclusos ao gabinete em: 19/03/2020.

Ação: de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais, ajuizada por R C M - POR SI E REPRESENTANDO e OUTROS (agravados), em face de SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A (primeira agravante), em razão do falecimento de D M S (filho e irmão dos demandantes) causado por comportamento indevido da demandada.

Aduz que D M S veio a óbito em acidente ocorrido dentro da estação ferroviária após ser eletrocutado. Assevera que a ré atuou de forma desidiosa ao permitir o livre acesso de pedestres na linha férrea, deixando de providenciar a segurança adequada.

Dessa forma, requerem a condenação da demandada/primeira agravante (SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A) ao pagamento de indenização e compensação por danos materiais e morais suportados.

Às fls. 142 (e-STJ), foi deferida a denúncia da lide da MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A (segunda agravante).

Sentença: julgou improcedentes os pedidos formulados na ação principal, bem como julgou improcedente a denúncia da lide (ação secundária) por falta de amparo legal.

Acórdão: deu parcial provimento à apelação interposta por R C M - POR SI E REPRESENTANDO e OUTROS (agravados), para condenar a SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A (primeira agravante) ao pagamento de:

i) compensação por danos morais, no valor de R\$ 20.000,00 para cada autor (irmão da vítima), corrigidos a partir da publicação do presente, com juros de mora a contar do evento danoso;

ii) compensação por danos morais, no valor de R\$ 40.000,00 para a genitora da vítima, corrigidos a partir da publicação, com juros de mora a contar do evento danoso; e

iii) pensionamento na importância de 1/3 para a agravada/autora e mãe da vítima, a partir do evento danoso, corrigidos monetariamente a partir da data em que a verba era devida, que em caso de omissão presume-se como o dia 5 de cada mês, e

acrescido de juros legais de 1% ao mês desde o mês subsequente a data do acidente.

Em relação à apelação interposta por MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A (segunda agravante), a qual objetiva o pagamento de verbas de sucumbência, julgou prejudicado o recurso.

Nesse sentir, é a ementa do julgado:

INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE OCORRIDO DENTRO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE DEODORO. MORTE DE MENOR POR ELETROCUÇÃO, APÓS TENTATIVA DE ALCANÇAR PIPA ALOJADA EM REDE ELÉTRICA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, SOB O FUNDAMENTO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REFORMA. CULPA CONCORRENTE.

- Versa a lide sobre morte de menor por eletrocutamento dentro de composição férrea de propriedade da concessionária ré. Pleito autoral objetivando Indenização por danos moral em decorrência do referido acidente.

- Com efeito, o §6º, do artigo 37, da Constituição Federal, estendeu às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público o regime da responsabilidade civil objetiva, em razão do que respondem estas, objetivamente, pelos riscos decorrentes de sua atividade, sendo necessária, apenas, a prova do ato danoso e o respectivo nexo de causalidade com os danos provocados.

- Na prestação de serviço público, a concessionária assume o risco da atividade prestada, devendo tomar as providências necessárias à sua prestação adequada e segura, fiscalizando periodicamente todas as instalações da rede elétrica.

- Conjunto probatório dos autos, em especial as fotografias, que conduzem à conclusão de que o evento danoso ocorreu em virtude de culpa concorrente e não por culpa exclusiva da vítima, uma vez que as concessionárias de serviços de transporte ferroviário têm o dever de cercar e conservar os limites das vias férreas, evitando que pedestres possam nela adentrar, notadamente em área de elevada densidade populacional.

- A jurisprudência tem entendido que o dano moral por morte da vítima se comprova in re ipsa com relação a ascendentes, cônjuges e descendentes.

- Tendo em vista a concorrência de culpas e a necessária observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, afigura-se razoável fixar o dano moral em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada irmão da vítima e R\$ 40.000,00 para a genitora, mormente para que se ajuste aos precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça, em casos semelhantes.

- Arbitramento de pensão mensal aos autores, na forma da jurisprudência pátria. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DE APELAÇÃO DA PARTE AUTORA. PREJUDICADO RECURSO DA COMPANHIA SEGURADORA DENUNCIADA. (e-STJ, fls. 354/355)

Embargos de declaração de fls. 424/428 (e-STJ): opostos por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A (primeira agravante) e por MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A (segunda agravante), foram parcialmente acolhidos, nos termos da seguinte ementa:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDENIZATÓRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE OCORRIDO DENTRO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE DEODORO. MORTE DE MENOR QUE MORREU ELETROCUTADO APÓS TENTATIVA DE

ALCANÇAR PIPA ALOJADA EM REDE ELÉTRICA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA SOB O FUNDAMENTO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. REFORMA. CULPA CONCORRENTE.

- Existindo no acórdão embargado qualquer dos defeitos previstos nos incisos I, II e III do artigo 1.022, incisos I, II e III do NCPC, quais sejam, omissão, obscuridade, contradição ou necessidade de correção por erro material no acórdão embargado, deve o recurso ser acolhido e sanado o vício.

- Analisando-se novamente o processado, tenho que o acórdão alvejado restou contraditório em relação à fixação do pensionamento para os autores, eis que a parte dispositiva encontra-se diferente da fundamentação, bem como restou omissa no que se refere à lide secundária.

Questões, no entanto, superadas pelos declaratórios.

ACOLHIMENTO PARCIAL DE AMBOS OS EMBARGOS. (e-STJ, fl. 425) (grifo nosso)

Embargos de declaração de fls. 453/456 (e-STJ): opostos por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A (primeira agravante), foram rejeitados.

Recurso especial de SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A: alega a violação dos arts. 371 e 1.022, ambos do CPC/15; 212, I e II, e 927, ambos do CC/02; 14, § 3º do CDC. Além da negativa de prestação jurisdicional, sustenta:

- i) a ausência de nexo de causalidade na hipótese;
- ii) a ocorrência de culpa exclusiva da vítima; e
- iii) a apreciação inadequada do acervo probatório constante nos autos.

Recurso especial de MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A: alega a violação do art. 1.022 do CPC/15. Sustenta a existência de negativa de prestação jurisdicional, sob o argumento de que o acórdão recorrido restou omissa quanto ao julgamento da ação secundária (denúncia da lide).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/73

I - Do recurso especial de SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A:

- Da negativa de prestação jurisdicional

As razões recursais tecidas acerca da supostas omissões do TJ/RJ residem na alegação de que, apesar de instado a se manifestar por meio de embargos declaratórios, o órgão jurisdicional quedou-se silente no que concerne ao argumento de que o acórdão recorrido restou omissos quanto ao julgamento da ação secundária (denúnciação da lide).

Da análise do processo, constata-se que o Tribunal de origem, ao julgar os embargos de declaração interpostos pela agravante, foi omissos quanto a este argumento. Entretanto, verifica-se que a questão foi objeto de devida insurgência nas razões dos embargos declaratórios interpostos.

Necessário salientar, ainda, que a simples menção na ementa do acórdão dos embargos de declaração de fls. 424/428 (e-STJ) de que houve pronunciamento quanto ao referido pleito não afasta a omissão questionada.

É firme a jurisprudência do STJ, no sentido de que há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 nas hipóteses em que o Tribunal de origem, mesmo após a interposição de embargos de declaração, omite-se no exame de questão pertinente para a resolução da controvérsia (REsp 1.693.086/SP, 3ª Turma, DJe 20/10/2017; AgInt no AREsp 429.547/RJ, 4ª Turma, DJe 08/09/2016).

Assim, observando o entendimento dominante desta Corte, impõe-se a cassação do acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca do ponto anteriormente elencado, incidindo - portanto - a Súmula 568/STJ.

Logo, merece provimento o recurso especial e tem-se como prejudicado o exame das demais discussões aventadas no presente recurso.

II - Do recurso especial de MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A:

Em razão do provimento do recurso especial interposto por SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A (primeira agravante), para cassar o acórdão que apreciou os declaratórios, a fim de que este se pronuncie, na esteira do devido processo legal, acerca do julgamento da ação secundária (denúnciação da lide), resta prejudicada a análise do recurso especial interposto por MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A (segunda agravante).

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo interposto por SUPERVIA -

CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S/A, para CONHECER do recurso especial e DAR-LHE PROVIMENTO, com fundamento no art. 932, V, "a", do CPC/15, bem como da Súmula 568/STJ, para: a) anular o acórdão que julgou os embargos de declaração opostos pela agravante; e b) determinar a remessa dos autos ao TJ/RJ, a fim de que esse se pronuncie, na esteira do devido processo legal, no que concerne ao argumento de que o acórdão recorrido restou omissos quanto ao julgamento da ação secundária (denúncia da lide); CONHEÇO do agravo interposto por MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A, para JULGAR PREJUDICADO o recurso especial interposto.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora